

Sob o reinado de nagôas e guaiamus: as críticas de Artur Azevedo à violência no Rio de Janeiro imperial¹

Under the reign of nagôas and guaiamus: Artur Azevedo's critiques of violence in Imperial Rio de Janeiro

Esequiel Gomes da SILVA*
Universidade Federal do Pará (UFPA)

RESUMO: Este artigo tem como objeto de pesquisa um grupo de crônicas escritas por Artur Azevedo, entre 1885 e 1887, e publicadas na seção “De palanque”, nos jornais *Diário de Notícias* e *Novidades*, do Rio de Janeiro, com o pseudônimo “Elói, o herói”. Para a referida seção, o jornalista maranhense apresentou um programa amplo, contemplando arte, cultura e assuntos diversos. Segundo ele, o tom dos textos seria de uma conversa despretensiosa com o leitor, durante alguns minutos. Dito isto, o objetivo deste trabalho é mostrar que, apesar da afirmação de que a “De palanque” se caracterizaria pelo tom de conversa despretensiosa, o cronista fez dela um instrumento de combate às mazelas sociais, criticando autoridades políticas e agentes de segurança pública, pela truculência em suas ações e por deixarem a cidade moderna “sob o reinado da capoeiragem”.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro. Imprensa. Artur Azevedo. Crônica. Violência.

ABSTRACT: The subject of this article is a group of chronicles written by Artur Azevedo between 1885 and 1887 and published in the “De palanque” section of the newspapers *Diário de Notícias* and *Novidades*, in Rio de Janeiro, under the pseudonym “Elói, o herói”. For this section, the journalist from Maranhão presented a broad program, covering art, culture and various subjects. According to him, the tone of the texts would be that of an unpretentious conversation with the reader for a few minutes. That said, the aim of this paper is to show that, despite the claim that “De palanque” would be characterized by the tone of an unpretentious conversation, the chronicler turned it into an instrument to combat social ills, criticizing political authorities and public security agents for their truculent actions and for leaving the modern city “under the reign of capoeiragem”.

KEYWORDS: Rio de Janeiro. Press. Artur Azevedo. Chronicle. Violence.

¹ Texto publicado originalmente em minha tese, defendida na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho.

* Doutor em Letras/Literatura e Vida Social, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Assis/SP. Professor da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba. Email: esequivel@ufpa.br

Considerações iniciais

Desde sua chegada ao Rio de Janeiro, em 1873, até 1908, ano de sua morte, Artur Azevedo trabalhou incansavelmente na imprensa fluminense. A primeira oportunidade foi como tradutor e revisor de folhetins no jornal *A Reforma*, oportunidade esta oferecida pelo seu conterrâneo Joaquim Serra. Quando faleceu, colaborava no vespertino *O século*, publicando semanalmente a série de sainetes na seção “Teatro a vapor”, posteriormente reunidos em livro, e em *O país*, onde assinava a seção “Palestra”, periódico que contava também com as ilustres colaborações de Júlia Lopes de Almeida e de Carmen Dolores.

Dos muitos jornais para os quais o dramaturgo maranhense escreveu no período acima referido, interessa-me principalmente o *Diário de Notícias*, que começou a circular em junho de 1885, onde ele assumiu o posto de cronista, assinando a seção cotidiana “De palanque”, com o pseudônimo Elói, o herói. Interessa-me também o jornal *Novidades*, que iniciou seus trabalhos em 1887, e para onde Artur Azevedo migrou com sua seção, em março de 1887, permanecendo até 1888.

Seu programa jornalístico era amplo, compreendendo todas as manifestações artísticas – teatro, música, escultura, pintura, literatura – até fatos corriqueiros, que afetavam diretamente a vida de toda a população ou de determinados sujeitos, como os aspecto material das ruas, que ficavam alagadas em dias de chuvas; algumas práticas pedagógicas que aplicavam castigos físicos aos educandos; a postura das autoridades políticas; as práticas de apadrinhamento em concursos e questões relacionadas à segurança e à violência.

Embora tenha proposto, em sua carta-programa, que a “De palanque” teria o tom de conversa despretensiosa com os leitores por alguns minutos, nas crônicas em que aborda tais assuntos, vemos a postura de um jornalista destemido, fazendo de sua seção um instrumento de combate às mazelas e às injustiças sociais.

Por conta do teor de alguns dos seus textos, em uma das crônicas veiculadas no jornal *Novidades*, para onde Artur Azevedo se mudou temporariamente com a “De palanque”, a direção da folha fez publicar, em nota de rodapé, a informação de que as

“opiniões emitidas [na referida] seção [eram] inteiramente pessoais e em nada se relaciona[vam] com as da redação da folha”.

Dito isto, neste artigo me debruçarei sobre um pequeno conjunto de seis crônicas, nas quais Artur Azevedo abordou especificamente questões relacionadas à violência no Rio de Janeiro, cidade que se modernizava copiando o modelo de vida europeu, e criticou duramente os agentes de segurança, tornando seus escritos, um instrumento de combate às mazelas, como dito acima.

1 Em pleno “reinado da capoeiragem”

Os teatros constituíam um dos pontos de encontro da sociedade fluminense no final do século XIX. Nesses espaços culturais, além de assistir aos espetáculos líricos e dramáticos oferecidos por companhias estrangeiras que vinham em excursão anualmente pela América do Sul, as pessoas podiam exibir as finas *toilettes* adquiridas nas diversas lojas que importavam artigos da Europa e América do Norte. Afora esses espaços, o *high life* encontrava-se nos salões elegantes em que eram oferecidos concertos, festas de formaturas, saraus e bailes a fantasia. No *Diário de Notícias* e na *Gazeta da Tarde*, sob os títulos “A vida elegante” e “Crônica elegante”, respectivamente, encontramos registros desses eventos sociais, dando-se destaque para as pessoas presentes – bacharéis, magistrados, políticos –, e descrevendo-se, em língua francesa, os trajes usados pelas madames e mademoiselles.

Quem andasse pelas ruas da cidade na segunda metade do século XIX, encontraria, à rua dos Ourives, estabelecimentos comerciais como “À la ville de Paris”, especializada em “roupas para homens e meninos de todos os tamanhos”; para satisfazer o gosto das mulheres, na mesma rua estava localizada a “Chapelaria fluminense”, com variadas formas de chapéu para “senhoras e meninas”, idênticos aos usados pelas atrizes e cantoras italianas “Borghi-Mamo, Duse-Checchi, Repetto, Stahl e Adini”; encontraria à rua da Quitanda, na casa comercial “Jerônimo Pimenta & Castro”, variados tipos de “fazendas e modas” recebidos mensalmente de Paris”; à rua do Ouvidor estava localizada “A casa Verle”, com “Hauts nouveautés de Paris”, e onde podiam ser encontrados guarda-chuvas de sedas e chapéus para homens, mulheres e crianças de ambos os sexos (Diário de Notícias, 01 jan. 1886, p. 2-6, n. 209). Na rua do Teatro as senhoras

encontravam a “grande oficina de costuras” “Aux dames elegantes”, especializada em “vestidos feitos para bailes e teatros” e em “enxovais para casamentos” (Diário de Notícias, 19 out. 1885, p.04, n. 135). Para os adeptos da leitura, na rua do Ouvidor, encontrava-se a “Importante livraria Faro & Nunes”, onde poderiam ser encontrados romances em “português, francês, espanhol e italiano”, “obras clássicas dos melhores autores” (Diário de Notícias, 27 mar. 1887, p. 04, n. 656). No largo de São Francisco de Paula o transeunte encontrava a “Chapelaria Sport”, especializada em artigos masculinos, que ofereciam, além de chapéus, “perfumarias, cutelarias, e artigos para Sport, tudo quanto a Inglaterra, França e Alemanha consomem de bom gosto, e boa qualidade” (Gazeta de Notícias, 01 jan. 1886, p. 06, n. 001).

A deambulação por esses lugares, e pela “grande artéria”, especificamente, expunha as mulheres aos olhos de jornalistas como Souvenir, do Diário de Notícias, e Zenóbio, do Diário Ilustrado, que assinavam as seções “Na rua do Ouvidor” e “O dia de ontem”, respectivamente, onde passavam em revista, de maneira pormenorizada e em língua francesa, as indumentárias das mulheres que se aventuravam em andar pela rua do Ouvidor. Apesar de todo esse glamour e do espírito cosmopolita reinante, cumpre ressaltar neste artigo o constrangimento causado pela contrastante e vergonhosa realidade circundante, sentimento que acometia inclusive pessoas como Artur Azevedo:

Mais do que nunca, estamos em pleno reinado da capoeiragem!
Até o *Apóstolo* saiu dos seus cuidados e da sacristia e deitou artigo de fundo contra os nagôas e os guaiamus.
Eu confesso que tenho um respeito sem limites por esses cidadãos, e que, se me acontece divisá-los ao longe, dobro a primeira esquina que me aparece, e por aqui é o caminho...
Dizem-me que os capoeiras atacam de preferência os barrigudos. Ouvi mesmo contar que esses facínoras (os capoeiras, não os barrigudos) têm o horrível costume de introduzir a navalha no ventre alheio, dizendo: – Guarde lá isso, – e que passam adiante, rindo e gingando, como se tivessem praticado a pilharia mais inocente deste mundo.
Ora, no tempo em que eu era magro – sim, minhas amáveis e interessantes leitoras: saibam vossas excelências que, aqui onde me veem, já fui quase vaporoso – andava por essas ruas despreocupado e feliz, sem me lembrar de que havia Bijús e Mortes Certas.
Mas depois que me principiou a crescer a pança que tanto nos incomoda, à *Gazeta da Tarde* e a mim, nasceram-me uns receios indizíveis da aproximação desses indefectíveis perturbadores da tranquilidade pública.
Confesso ingenuamente a minha poltroneria: se não fosse a carga cerrada em que toda a imprensa tem nestes últimos dias disparado contra os capoeiras, eu não me animaria a embarcar nesta galera. Mas já agora somos tantos que, espero em Deus, a minha pança passará incólume no meio das hostes aguerridas. A menos que esses ventrífobos cometam a imperdoável injustiça de me eleger cabeça... digo: barriga de turco.

Ainda assim, falta-me a coragem para dizer que o fato, verificado pela imprensa, de haverem sido arvorados em agentes da “secreta” alguns membros proeminentes dos dois partidos litigantes, o guaiamu e o nagôa, fazem-me desconfiar da integridade encefálica do Sr. chefe de polícia.

Neste andar, galgando os capoeiras a escala das posições administrativas, a ponto de ganharem influência tal, que possam distribuir entre si os cargos públicos, dentro em alguns anos não haverá conservadores nem liberais senão nagôas e guaiamus.

A nossa sociedade chegará nessa época à perfeição almejada por certos funcionários públicos.

Mas espero em Deus e na Virgem Santíssima que outro chefe virá de honrada fama, e consigo trará a inabalável resolução de dar cabo dos heróis da rasteira e da cabeçada, para que esta cidade apresente, afinal, aspecto de civilizada, e eu e os meus colegas possamos andar por essas ruas de cabeça... digo: de pança erguida (Heroi, 08 dez. 1885, p. 01, n. 185, DN).

Com a situação criada neste texto, o cronista parece sair do seu posto privilegiado – o alto do palanque e o escritório do *Diário de Notícias* – e passar para o meio da multidão. Como em tantos outros casos, ele fala de um assunto sério, mas agora recorrendo a um tipo particular de humor que elege como objeto de escárnio o próprio corpo. Antes, porém, de partir para a exploração da imagem de si, ele parece fazer um destronamento simbólico do monarca, passando as rédeas da nação para os capoeiras – estaríamos “em pleno reinado da capoeiragem!”. No entanto, trata-se de um reinado cujos soberanos – que são muitos – são temidos e indesejáveis por suas práticas violentas que deixam os súditos em desespero e levam a cidade ao caos. O tom humorístico que permeia o texto parece ser uma preparação para a parte mais séria, que, possivelmente, constitui a maior preocupação do cronista: o fato de os capadóciros integrarem a corporação de segurança pública, como já vinha indicado na primeira frase do texto – “estamos sob o reinado da capoeiragem”. Com isso, ele satiriza também as autoridades políticas, que costumavam oferecer cargos de confiança para nagôas e guaiamus por meio de conchavos. O reinado da capoeiragem instaurava-se, então, não apenas por contas das rasteiras, cabeçadas e navalhadas, mas também pela presença de membros das duas malfatas na polícia e, consequentemente, na política.

Não com o mesmo tom humorístico de Artur Azevedo, encontramos outras vozes na imprensa no período que nos interessa:

As ruas são invadidas diariamente por uma multidão de mendigos, uns andrajosos, chagados, cegos, paralíticos, aleijados, na exibição repugnante e dolorosa, ao mesmo tempo, de suas enfermidades; outros, vagabundos, disfarçando com os trapos das vestes, a preguiça para o trabalho e fingindo com mais habilidade do que aqueles, o derradeiro estado da penúria, assaltando por assim dizer a esmola sempre pronta do nosso povo. Não acham suficiente esta peregrinação e colocam-se à porta das igrejas, dos estabelecimentos

públicos, em todos os pontos enfim onde a reunião de pessoas é mais avultada. Enquanto os primeiros pedem, os outros roubam. Para aqueles as nossas autoridades dizem que não há asilos, nem hospitais; para estes esquecem o dever de sujeitá-los ao inquérito necessário a fim de se lhes conhecer o estado, a profissão e a residência (Diário de Notícias, 23 dez. 1886, p. 01, n. 563).

Poderíamos dizer que a descrição do jornalista é típica de um romance naturalista, apresentando um retrato da escória social que vivia em condições subumanas, na mais extrema pobreza e degradação física e moral. No entanto, é uma imagem da outra parcela da sociedade, que praticava furtos para sobreviver e disputava lugar com o *high life* nas ruas da cidade que a rejeitava.

Algumas vezes, o contraste de que estamos falando se configurava na própria disposição das matérias veiculadas na imprensa, de modo que, na mesma página em que *Souvenir*, no extremo lado direito, passava em revista os trajes das elegantes senhoras da rua do Ouvidor, o *Diário de Notícias*, no extremo lado esquerdo, narrava uma cena de agressão física seguida de morte, protagonizada por dois “pretos livres”, ocorrida em plena luz do dia, na praça da Aclamação, conforme a edição que circulou em 6 de fevereiro de 1888, (p. 02, n. 971).

Basta folhearmos poucas páginas de alguns periódicos do Rio de Janeiro do período considerado neste artigo, para nos depararmos com uma grande quantidade de notícias relacionadas à questão da violência envolvendo, desde furtos banais,

O pequeno furto de um chapéu e alguma roupa, cometido no botequim da rua do Cotovelo n. 11, fez, anteontem, com que dormissem entre as quatro paredes do xadrez, Domingos Antonio e José de tal.

Isto regozijou imensamente a vítima do furto, que foi Juvenal da Costa Teixeira, caixeiro do botequim – teatro do crime (Diário de Notícias, 18 jul. 1885, p. 01, n. 042).

até brigas entre homens e entre mulheres, levando-os ao xadrez:

José Felício da Silva entendeu que podia ir assim, sem mais nem menos, à cara de Antonio Máximo Miguez.

A polícia entendeu o contrário, e desta controvérsia de opiniões resultou a prisão do José Felício (Gazeta de Notícias, 12 mar. 1886, p. 01, n. 70).

Dizem que em briga de mulheres ninguém se deve meter; mas assim não pensa o soldado que estava da rua do Conselheiro Pereira da Silva n. 2. Num quarto desta estalagem, Madalena Felismina Genoveva e Inocência Rosa da Conceição sopapeavam-se tanto, que pareciam dois homens, e gritavam como... duas mulheres.

Foram ambas acalmar a exaltação no xadrez (Gazeta de Notícias, 12 mar. 1886, p. 01, n. 070).

Diferentemente do trecho anterior, em que o cotidiano da cidade foi pintado com cores mais fortes, neste o jornalista recorreu ao sarcasmo para relativizar a gravidade da situação. Talvez o riso fosse a única forma encontrada para suplantar as frustrações de viver em uma cidade violenta, sob o “reinado da capoeiragem”. Neste caso, o riso desempenharia, portanto, uma função mais catártica. Além disso, tais notas quebram um pouco a sisudez das folhas, com suas notícias apresentadas em longas colunas², e parecem mascarar a realidade, uma vez que nelas a polícia sempre aparece no momento exato para garantir segurança aos ofendidos e prender os desordeiros. Como veremos, os agentes do Dr. Coelhos Bastos não eram tão eficientes assim.

Além dessas notas lacônicas, encontramos nos jornais grandes textos encimados por títulos como “Misérias da polícia”, “Crime horroroso”, “Tentativa de assassinato”, “Bárbaro espancamento”, “Rixa e assassinato”, etc., que contam em detalhes as práticas de violência da cidade que se queria elegante e moderna, a exemplo da nota abaixo, que narra as peripécias de um célebre capoeira:

O CHILENO

Sob este nome é geralmente conhecido um célebre capoeira e assassino que escolhe para teatro de suas façanhas a rua da Saúde, nas proximidades dos trapiches.

Este “façanhudo” põe constantemente em alarme os pacíficos moradores do lugar, que vivem continuamente sobressaltados e ameaçados pelo temível capoeira, tanto mais quando a polícia ou finge que não vê, ou tem medo de afrontá-lo.

Para exemplo, o seguinte fato ocorrido ontem:

O *Chileno* furtou uma faca a um tanoeiro, homem hercúleo e possante, que armando-se de coragem... e também de um malho, seguiu a pista do gatuno; este, para não ser preso, deixou cair a faca sobre o dedo grande de um dos pés, que cortou e atirou-se ao mar.

Horas depois, voltando à terra, entrou em uma taverna e bebeu uma garrafa de aguardente, atirando, em seguida, com a garrafa à cabeça de um pobre velho inofensivo, que estava sentado à porta da referida taverna.

Tornou a atirar-se à água, sem que houvesse polícia capaz de prendê-lo nem de socorrer o velho cuja cabeça ficara quebrada e ensanguentada.

É admirável que tenhamos polícia... medrosa diante de um capoeira que é o terror de um bairro e que a seu bel talante zomba de tudo e de todos praticando tropelias e desacatos com plena certeza de impunidade.

Ora, com o Sr. Coelho Bastos! (Diário de Notícias, 05 jan. 1886, p. 01, n. 213).

As observações de Artur Azevedo sobre vivermos em pleno “reinado da capoeiragem” parecem se confirmar, quando lemos na imprensa notícias com este teor. Cidadãos inofensivos e impotentes, que não tinham ânimo para reagir nem a quem

² Cf. Raimundo Magalhães Júnior, 1966.

recorrer em busca de justiça, já que o Estado não lhes garantia segurança, tornavam-se presas fáceis para os capoeiras. A polícia, quando não era omissa ou medrosa, era acusada de ser truculenta, e conivente com os desmandos de alguns capadócios. A impunidade começava quando os agentes de segurança fingiam não ver as estripulias dos capoeiras, e se estendia aos tribunais, quando o júri os absolia, a mando de algum figurão do Império.

Esse palco de violência foi observado por Artur Azevedo, fazendo-o também se ocupar das práticas dos agentes do Dr. Coelho Bastos. No final de 1886, mais precisamente em 13 de dezembro, o jornalista maranhense começou a crônica chamando atenção dos leitores para uma situação constrangedora envolvendo a polícia:

Muito envergonhada deve a estas horas estar a polícia da Corte. Anteontem foi para ela um dia aziago. Prenderam-se quatro gatunos, mas em que condições, meu Deus!

Antonio da Silva Africano foi preso por estar ferido por Miguel Brás, um honrado trabalhador que pagou com a vida o atrevimento de invadir as atribuições da polícia.

José Dias, vulgo *Bigode de arame*, e Luiz Antonio de Oliveira, vulgo *Desdentado*, foram catrafiados por diligências de uma senhora, D. Maria Catarina da Conceição.

Outro gatuno foi pilhado na rua dos Inválidos pelo Dr. Eduardo Augusto Pereira de Abreu, que o mandou apresentar à autoridade.

Em compensação, a polícia, ainda anteontem, *verificou* que uma casa da rua Vieira Bueno e outra da rua Abílio haviam sido assaltadas; aí nenhum gatuno foi preso, porque os agentes do Sr. Coelho Bastos não tiveram a felicidade de encontrar senhoras ou cavalheiros que os auxiliassem.

Leitor, se não és perito no manejo de armas de fogo, e se algum dia fores visitado pelos gatunos, o mais prudente, para que te não aconteça o mesmo que ao pobre Miguel Brás, é ficares muito quietinho na cama, roncando, para que eles suponham que estás realmente nos braços de Morfeu. No dia seguinte calate muito caladinho; não vás queixar-te à rua do Lavradio. Os teus desagradáveis hóspedes seriam capazes de voltar, para pedir-te conta do teu procedimento. (Heroi, 13 dez. 1886, p. 01, n.553, *grifos do autor*).

Na continuação, Artur aconselha sarcasticamente ao leitor que fique “muito quietinho na cama” caso sua residência seja visitada por um “gatuno”, e que não perca a oportunidade de dar cabo dele, caso saiba atirar com arma de fogo. Mais provocante ainda é o desfecho da crônica, em que o articulista não perde a oportunidade de criticar as incongruências do tribunal do júri, caso a vítima vá a julgamento pelo crime cometido em legítima defesa:

Se, porém, sabes atirar ao alvo, e se possuis um magnífico Flaubert, não percas a ocasião de dar cabo de qualquer gatuno; prestarás desse modo um relevante serviço à sociedade, a ti próprio e, sobretudo, à polícia, que soltará um suspiro de alívio, e exclamará: – Menos um!

O tribunal do Júri, para ser coerente com as suas últimas decisões, será capaz de condenar-te pelo crime de homicídio; mas não importa: a tua consciência ficará tranquila (Heroi, 13 dez. 1886, p. 01, n. 553).

O deboche do cronista se instaura logo no início do texto, quando ele utiliza a palavra “envergonhada” para se referir ao estado afetivo da polícia diante da inércia. O sentimento atribuído por ele à força policial fluminense é o oposto do que se espera dessa corporação, a qual se imagina que deva ser honrada e respeitada. Ao invés de prender, a polícia apenas *verifica* a existência de assaltos em residências. Assim, o jornalista recrimina os agentes de segurança e mostra os apuros por que passam os moradores da cidade diante de um Estado omissو no que se refere à segurança pública. Por conta dessa polícia mal preparada e com um efetivo insuficiente para garantir segurança, as pessoas tomavam para si a tarefa de se protegerem em situações limite.

O episódio que culminou com a morte de Miguel Brás ocorreu em São Cristóvão, um dos bairros habitados pelo *high life*. Com isso, percebemos que a falta de policiamento era um problema que se estendia aos bairros considerados aristocráticos. O “atrevimento de invadir as atribuições da polícia” se deu em virtude do mencionado Miguel Brás ser feitor da chácara em que ocorreu a visita dos gatunos e, enquanto tal, ter que zelar pela propriedade que lhe era confiada. A consequência dos episódios pode ser considerada desastrosa em dois sentidos: primeiro, o “honrado trabalhador” que foi para o Caju, possivelmente, deixou desamparada a família; segundo, o gatuno que sobreviveu aos golpes de faca desferidos por Miguel Brás, provavelmente, passaria alguns dias trancafiado, mas em breve tempo estaria de volta às ruas, onde faria novas vítimas.

O segundo episódio de que fala o cronista ocorreu na residência de certo bacharel, à rua do Riachuelo e assim como no caso precedente, a segurança da propriedade particular foi garantida graças à interferência de uma criada. Diante dessa realidade desalentadora, à população restava se armar para se proteger e defender suas propriedades e suas vidas.

A violência e o desleixo da polícia não eram, no entanto, exclusivos do Rio de Janeiro. O próprio Artur Azevedo nos mostra isso, ao escrever uma crônica que constituía uma verdadeira “manta de retalhos”, com relatos de casos de violência de várias partes do país. Ao término da exposição, finalizava com um tom de desalento:

Prefiro calar-me, e expor todas essas vergonhas, que desgraçadamente são muito comuns, na sua pavorosa e horripilante nudez. Se o leitor recorrer à fonte

de onde extraí o meu artigo, verá que a maior parte desses crimes ficaram impunes. A polícia representa nessas tragédias o papel do último comparsa – quando representa, porque, na maioria dos casos, nem chega a entrar em cena. Ah! A nossa polícia! A nossa polícia!

É costume da imprensa compará-la à dos carabineiros de Offenbach. Que injustiça para aqueles pobres e honestos carabineiros! Eles chegavam *toujours trop tard*, mas chegavam; a nossa polícia não chega nem tarde nem nunca... (Heroi, 11 fev. 1886, p. 01, n. 250).

À medida que lemos os textos publicados na imprensa da época, confirmam-se as percepções: quando não era ausente ou omissa, a força policial era truculenta. Ações de truculência foram observadas pelo cronista e seu colaborador Moreira Sampaio, em um dia de domingo, quando estavam reunidos para escrever uma revista de ano. Barulhos frequentes na rua da Misericórdia despertaram a atenção dos escritores, que foram à janela e viram uma cena, a princípio cômica, protagonizada por dois homens embriagados provocando-se mutuamente e partindo para a agressão física:

Com uma prontidão a que infelizmente não estamos habituados, mesmo na rua da Misericórdia, surgiram no lugar do conflito dois policiais a cavalo.

Estava muita gente nas janelas, porque, além da natural curiosidade provocada pela briga, era uma tarde de domingo e havia festa no bairro.

Um dos soldados não quis perder ocasião de se exibir diante de tanta gente; apeou-se, aproximou-se do bêbado que dava mais pancada, e levou-o até certa distância a bofetadas e pontapés. Tornou a montar, e como o pobre diabo parasse, e quisesse retroceder, deu de esporas ao cavalo e cresceu para ele, que com certeza seria pisado pelas patas do animal, se não encontrasse providencialmente um corredor. O valoroso agente da tranquilidade pública mesmo montado quis entrar também, mas o cavalo escorregou nas pedras do passeio, e o herói plantou ridiculamente uma figueira monumental.

É de prever que o leitor pergunte aos seus botões a que propósito vem aqui a narração de um fato que, mais assim ou mais assado, diariamente se repete nas nossas ruas. Depois do Castro Malta, dirá o leitor, que interesse pode despertar a história desse policial que esborda um bêbado? (Heroi, 18 nov. 1887, p. 01, n. 253)³.

Além da truculência, o trecho nos chama atenção para a covardia do soldado em agredir um bêbado. A reprovação da ação da polícia também é sugerida quando o cronista caracteriza a briga dos bêbados como um episódio cômico, que divertia as pessoas da festa. Em princípio, não haveria perigo algum para a população. A intervenção dos soldados só se tornaria necessária a partir do momento que a briga representasse uma ameaça para as pessoas. Mas a sugestão de que os agentes de Coelho Bastos eram violentos e, ao invés de proteger, agrediam a população, fica ainda mais explícita quando

³ Para esta crônica, publicada no jornal *Novidades*, onde a “De palanque” esteve por breve período, a redação do jornal fez publicar a seguinte nota, em rodapé: “As opiniões emitidas nesta seção são inteiramente pessoais e em nada se relacionam com as da redação da folha”

Artur Azevedo faz a alusão a João Alves de Castro Malta, que fora preso e barbaramente espancado pelos guardas urbanos. A vítima não resistiu aos ferimentos e faleceu, sendo rapidamente enterrada após o legista ter declarado que a causa da morte foi uma “congestão hepática” (Holloway, 1997, p. 221). O inconformismo do cronista com a demonstração de coragem do soldado é reforçado com o recurso da ironia (“valoroso agente da tranquilidade pública”, “herói”) e com a ênfase no vexame que o “herói” passou diante da plateia, plantando “ridiculamente uma monumental figueira”.

A narração do episódio acima intencionava comparar a organização e a eficiência da polícia francesa com a brasileira. Em Paris, para capturar uma famosa traficante de condecorações, o prefeito de polícia teria armado um plano de investigação, para o qual contou com a ajuda de agentes disfarçados, obtendo grande êxito. Assim finalizava a crônica:

Admire o leitor esse agente de polícia sagaz, inteligente, correto, elegante, *causer*, que se disfarça em *homme du monde* para enganar espertalhões, e compare-o com o nosso soldado de polícia, sujo, estúpido, taralhão, que vive a esbordoar bêbados e de vez em quando se deixa assassinar por doidos ou facínoras (Heroi, 18 nov. 1887, p. 01, n. 253).

As manifestações da “inteligência” da nossa força policial também já tinham sido observadas pelo cronista, no ano anterior, por ocasião da publicação de uma circular do subdelegado do 1º distrito de Sant’Anna, o senhor Rego Barros:

Recomendo aos Srs. inspetores de quarteirão deste distrito, que remetam, com toda a brevidade, a esta subdelegacia uma relação de todas as casas públicas de tavolagem, que existam ou venham a existir em seus quarteirões, com a declaração da rua e número, nomes dos proprietários e inquilinos, e, a ser possível, a topografia delas, especialmente quanto às entradas e saídas (Apud Heroi, 18 abr. 1886, p. 01, n. 315).

A perseguição às casas de jogatina era uma ação necessária, mas diante dessa manifestação de inteligência, Artur Azevedo assume uma postura de deboche: o subdelegado merecia a construção de um monumento, “embora gótico”, em sua homenagem. Por trás do deboche, a inveja por não termos uma força policial organizada e eficiente nos moldes de nações como Paris ou Londres. A ideia de Rego Barros já teria nascido fadada ao fracasso, uma vez que o subdelegado, imbuído do preceito de Auguste Comte, que manda “viver às claras”, não teve a mesma perspicácia do prefeito de polícia de Paris, que agiu sigilosamente em busca da traficante. A verdade é que o plano da autoridade brasileira não era exequível, a não ser que seus auxiliares fossem dotados de

poderes sobrenaturais que os permitissem adentrar nas tais casas e colher as informações exigidas pela circular e, além disso, prever as casas que seriam postas em funcionamento. O plano era mirabolante porque elaborado sem confronto com as condições materiais da polícia e, assim, parece ter sido pensando mais para tentar mostrar serviço do que efetivamente obter resultados com as diligências. Com o mesmo tom de deboche, Artur Azevedo salienta que circulares desse tipo acabariam por gerar um círculo vicioso e não sanaria o problema:

Entretanto, vamos e venhamos! A circular do Sr. subdelegado de Sant'Anna tem um lado prático bastante apreciável: os donos de todas as espeluncas do distrito, assustados pela leitura desse interessante documento oficial, arrepiarão carreira, e irão estabelecer-se noutros domínios, onde novos subdelegados os ameaçarão com o levantamento de novas plantas topográficas (Heroi, 18 abr. 1886, p. 01, n. 315) DN

Como não tinha condições de levantar um monumento ao subdelegado em questão, pedia aos leitores que considerassem a referida circular como um monumento, pois “os grandes homens não tem melhor comemoração que as suas próprias obras”. O que seria uma medida eficaz, desde que planejada com responsabilidade e inteligência, tornou-se objeto de deboche do cronista, contribuindo mais ainda para a desmoralização das forças policiais. Desmoralizada também se mostrou a polícia fluminense no mês seguinte, quando a atriz Sarah Bernhardt estava no Brasil e se envolveu em uma confusão ao agredir fisicamente uma colega de elenco:

Desordens entre artistas
Um subdelegado em apuros
Bofetões no palco; Comédia na estação policial (Diário de Notícias, 23 jun. 1886, p. 01, n. 380).

As frases acima foram usadas como chamariz da notícia e apontam para o descrédito das forças policiais. Na delegacia, aconteceu uma balbúrdia geral, todos falando ao mesmo tempo, em língua francesa, importa ressaltar, deixando o subdelegado em uma situação constrangedora. Ao final, todos saíram e “as testemunhas não prestaram o juramento da lei, que também não foi deferido ao intérprete; acrescendo que os depoimentos não foram assinados pelos depoentes, reinando a maior confusão e falando todos ao mesmo tempo” (Diário de Notícias, 23 jun. 1886, p. 01, n. 380).

Somente para citar mais um exemplo, na crônica de 9 de janeiro de 1887, cujo tema era a eleição de cinco vereadores republicanos para a Câmara Municipal de

Petrópolis, o jornalista escreveu: “Cinco republicanos!... Se me disserem que a polícia da Corte conseguiu prender um gatuno ou que o Pão de Açúcar mudou de lugar, a minha admiração não será tamanha” (Heroi, 09 jan. 1887, p. 01, n. 580). Enfim, com as críticas feitas recorrentemente aos agentes do Dr. Coelho Bastos, Artur Azevedo mostrava sua insatisfação com o desleixo e a falta de habilidade de uma polícia que não estava apta para zelar pela segurança de uma sociedade civilizada.

O descontentamento do cronista com os agentes responsáveis pela segurança da população também foi parar nos palcos fluminenses por meio das revistas de ano, a exemplo da cena III do quadro XV de *O bilontra*, posta em cena em 1886:

COMENDADOR – E então que tem isto? Um Barão também tem tripas! Tripas nobres, é verdade, mas tem-nas. Eu sou liberal, ultroliberal, liberal da velha guarda; mas façam-me Ministro da Justiça, e verão se não dou cabo dos capoeiras! Felizmente um jornal inventou e o comércio está tratando de organizar a polícia noturna... [...].

POLÍCIA NOTURNO – Quem me chama?

CAROLINA – Ah!

POLÍCIA NOTURNO – Não se assuste, minha menina: não sou um perturbador, mas um garantidor da ordem. Sabendo que se ia formar a polícia noturna...

COMENDADOR – Pretende servir-lhe de modelo?

POLÍCIA NOTURNO – Ah, q.u.i, qui. Vou à rua do Ouvidor apresentar-me às pessoas incumbidas da organização...

COMENDADOR – E espera ser aceito?

POLÍCIA NOTURNO – Que dúvida! Cem homens como eu, e assim armados, era uma vez o último gatuno! [...].

COMENDADOR – Pois sim, cem polícias noturnos como aquele, e mudo-me do Rio de Janeiro. Eu sou li... (Azevedo, 1985, p. 572).

A cena se passa nas barraquinhas da praça da Aclamação, onde estavam o comendador Campelo, sua filha Carolina e seu sobrinho Alexandre. Ao sabermos que a caracterização do comendador é uma sátira ao comerciante Joaquim José de Oliveira, que foi enganado por José Miguel de Lima e Silva, o qual lhe vendera um falso título de barão, sendo, por isso, considerado um tolo e ridicularizado na imprensa, entendemos a fala do personagem como uma descrença do dramaturgo também nas altas autoridades políticas responsáveis pela organização da polícia. O sentimento de admiração do comendador em relação ao candidato a policial noturno deve-se ao fato de este ser um “velho coxo e coberto de velhas armas, de tamanho exagerado”. Utilizando-se da caricatura, Artur Azevedo chama atenção do espectador para as características físicas dos soldados de polícia, que muitas vezes vinham do “mais ínfimo degrau social”, bem como para a precariedade das armas.

Afora as várias notas esparsas publicadas nos periódicos, uma das formas de a população reclamar da ineficiência da polícia era por meio dos abaixo-assinados dirigidos às autoridades competentes, como o ministro da justiça. Em nota não identificada publicada no *Diário de Notícias* que circulou em 24 de dezembro de 1886 (p. 01, n. 564), um articulista fazia comentários sobre as queixas dos moradores do São Cristóvão, que haviam se valido desse meio para pedir providências contra as correrias dos gatunos e malfeiteiros no “populoso bairro”. Saindo em defesa da segurança pública, o articulista acusa os agentes incumbidos de proteger a população contra a pilhagem audaciosa dos gatunos de não tomarem quaisquer providências, empregarem quaisquer meios, ainda mesmo os mais violentos, para pôr fim a “semelhante pirataria”.

Na verdade, o texto ao qual nos referimos é ambíguo. Ao mesmo tempo em que acusa as autoridades policiais de não tomarem quaisquer providências no sentido de garantir a segurança, o autor tenta amenizar o teor das afirmações mostrando que não queria duvidar da “boa vontade dos delegados do governo”. Mesmo com a “política da boa vizinhança”, operada pelo jornalista, e com os exageros, expressos no trecho “verdadeiro reinado do terror”, o texto é bastante ilustrativo das relações entre imprensa, população e polícia.

Vale lembrar, no entanto, que o problema da falta de segurança não era provocado exclusivamente pelo desleixo dos agentes policiais. A população fluminense se queixava da falta de policiamento regular em alguns bairros e da absoluta carência em outros, indicando que as delegacias trabalhavam com um número limitado de soldados para dar conta das ocorrências. Cobravam-se ações do governo, no sentido de “dar força à força, cercar a autoridade de elementos próprios e convenientes ao bom desempenho de suas funções” com vistas a inibir a ação dos gatunos e malfeiteiros, aliás, ações vergonhosas “para uma capital civilizada”.

Como Artur Azevedo sugeriu em sua crônica, o abuso de poder era uma prática bastante comum entre os agentes de segurança pública, o que pode ser confirmado em carta publicada na seção “A pedidos” do *Diário de Notícias* de 5 de janeiro de 1886 (p. 02, n. 213). Desta vez, ao invés de uma crítica generalizada, as acusações recaíam sobre um capitão do exército que, fazendo-se acompanhar de alguns soldados, armou um conflito numa freguesia de Irajá com o intuito de agredir “um respeitável comerciante da Corte”. A confusão assumiu tamanha proporção que, além do alvo de Norberto Amorim

Bezerra, assim se chamava o valente capitão, sobrou pancada até para o padre da localidade.

A referida carta, assinada por “muitos moradores” e dirigida ao ministro da Justiça, evidencia o medo e a indignação da população diante da brutalidade e das ameaças do dito capitão Norberto, que amedrontou até mesmo o subdelegado da freguesia. Este, temendo as iras daquele, que “estava como um louco gritando aos soldados” para que metessem espada em qualquer um que tentasse reagir, assistiu passivamente a todo o episódio.

A história e a evolução desse agente de segurança foi objeto de interesse de Thomas Holloway no livro *Polícia no Rio de Janeiro* (1997). Relativamente ao número de soldados, o autor mostra que em 1885, com o fim da Guarda Urbana e a consequente reorganização da polícia militar, sua força foi ampliada de 560 para 1008 homens. Duas das características dessa polícia eram a brutalidade e arbitrariedade no trato com as pessoas nas ruas e nas prisões, chocando os estrangeiros que por aqui passavam. A esse respeito, Holloway cita as observações feitas por um estrangeiro em 1885, que via nossa polícia como a “mais despótica, arbitrária e brutal do mundo”. O forasteiro observava ainda que essa força era “formada em sua maior parte pela camada social mais baixa da cidade, relaxada e violenta ao mesmo tempo”, com uma maneira de agir “completamente o inverso de guardar e proteger a vida e a segurança dos cidadãos” (Holloway, 1997, p. 223). Além do comportamento arbitrário em relação à população, a quem deveriam garantir segurança, sobre os soldados recaíam acusações de suborno, de praticarem roubos, protagonizarem bebedeiras e desordens em estabelecimentos públicos e de serem negligentes com suas obrigações. Por conta dessas questões, como tentativa de moralizar a corporação, tais indivíduos eram expulsos, como mostra Holloway.

Como pudemos observar, outras vozes bradavam na imprensa e juntavam-se à de Artur Azevedo contra aquele estado de coisas. Nas discussões dos problemas relativos à falta de segurança os interlocutores apontavam os culpados, as causas da questão e possíveis soluções, inclusive no próprio *Diário de Notícias*, ao lado da “De palanque”. A situação era de anarquia, diziam os jornalistas. À medida que a cidade crescia, aumentava também a violência e os novos bairros que necessitavam ser policiados viviam em completo abandono, dada a impossibilidade de destacar do efetivo, que já era exíguo para dar conta dos bairros mais centrais da cidade, soldados para fazer o policiamento. Além

da quantidade, discutiam-se as qualidades e a procedência do pessoal – geralmente oriundo da mais ínfima camada social – encarregado de zelar pela ordem e pela tranquilidade pública. Apesar do estado contristador em que se achava a cidade, as autoridades deixavam-se “levar pelo espírito partidário, por interesses e paixões, tornando-se remissas na manutenção da ordem e na repressão de atentados” (Diário de Notícias, 30 dez.1886, p. 01, n. 570). A solução estaria nas mãos do ministro da Justiça, caso desejasse prestar um valioso serviço à população.

Considerações finais

Os textos que compõem o *corpus* deste artigo foram publicados na ‘De palanque’, seção cotidiana de variedades assinada por Artur Azevedo, com o pseudônimo “Elói, o herói”, veiculada nas páginas dos periódicos *Diário de Notícias* e *Novidades*, entre 1885 e 1887, no Rio de Janeiro.

A análise aqui realizada evidencia que a “De palanque” se caracterizava muito mais do que uma simples conversa desprestensiosa com o leitor durante alguns minutos, como sugeria o jornalista maranhense, na carta-programa apresentada ao *Diário de Notícias*.

Nas seis crônicas exploradas nesse artigo, Artur Azevedo não se limita a apontar os problemas relacionados à violência e à falta de segurança em diversos pontos da cidade. No texto em que abordou o “reinado” dos nagôas e guiamuns, o articulista afetou um pouco de receio, sugerindo que só tratava do assunto na “De palanque” porque toda a imprensa estava disparando “carga pesada” contra os referidos capoeiras, e logo em seguida, ainda afetando falta de coragem, questionou a “integridade encefálica do chefe de polícia”.

De um modo geral, em seus textos, os agentes de segurança são apontados como omissos, relapsos ou truculentos, por meio de uma linguagem permeada de ironia e deboche, a exemplo das expressões “valoroso agente da tranquilidade pública” e “herói”, com as quais se referiu, de forma incisiva e sem receios, a um policial que agrediu covardemente um bêbado, porque não podia perder a oportunidade de se exibir.

Sendo assim, o que vemos na “De palanque” é a postura de um cronista corajoso, inconformado com a onda de violência do Rio de Janeiro, tanto a cometida por capadócios

e cidadãos comuns quanto a praticada por agentes de segurança que deveriam zelar pelo bem-estar da população. Sua seção seria, portanto, um instrumento de combate às mazelas sociais que tanto o incomodavam.

REFERÊNCIAS

ASSASSINATO. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 971, p. 02, 01. col., 06 fev. 1886.

AZEVEDO, A. O bilontra. In: _____. **Teatro de Artur Azevedo**. Estabelecimento de texto por Antônio Martins de Araújo. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1985. Tomo II.

CAFTEENS de crianças. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 563, p. 01, 03. col., 23 dez. 1886.

DESORDEM entre artistas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 380, p. 01, 05. col., 23 jun. 1886.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, n. 042, p. 01, 06. col., 18 jul. 1885.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, n. 135, p. 04, 19 out. 1885.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, n. 209, p. 02-06, 01 jan. 1886.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, n. 656, p. 04, 27 mar. 1887.

CHILENO, O. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 213, p. 01, 03. col., 05 jan. 1886.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, n. 001, p. 06, 01 jan. 1886.

HEROI, E., o. **De palanque**. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 185, p. 01, 02. col., 08 dez 1885.

_____ **De palanque**. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 250, p. 01, 02. col., 11 fev. 1886.

_____ **De palanque**. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 315, p. 01, 02. col., 18 abr. 1886.

_____ **De palanque**. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 553, p. 01, 02. col., 13 dez. 1886.

_____ **De palanque**. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 580, p. 01, 02. col., 09 jan. 1887.

_____ **De palanque. Novidades**, Rio de Janeiro, n. 253, p. 01, 04. col., 18 nov. 1887.

HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Trad. Francisco de Castro Azevedo. Editora da Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1997.

MAGALHÃES, Jr, R. **Artur Azevedo e sua época**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

NA RUA do Ouvidor. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 971, p. 02, 08. col., 06 fev. 1886.

OCORRÊNCIAS das ruas. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 70, p. 01, 08. col., 12 mar. 1886.

PEDIDOS, A. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 213, p. 02, 07. col., 5 jan. de 1886.

SEGURANÇA Pública. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 564, p. 01, 06. col., 24 dez. 1886.

SEGURANÇA Pública. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 570, p. 01, 02. col., 30 dez. 1886.